

## Formulário para Submissão de Moções Etapa Nacional

**Data:** 27/05/2026

**Âmbito da moção:**

(X) Nacional ( ) Internacional

**Tipo:**

( ) Apoio ( ) Repúdio (x) Outros: Apelo

**Proponente(s):**

Nome	CPF	UF
Andre Vieira de Freitas Araujo		PR
Maíra Fernandes Alencar		PR
Rodrigo Eduardo Botelho Francisco		PR

**Destinatário(s):**

Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Ministério da Educação

**Título da moção:**

Regulamentar mecanismos legais e políticas públicas para destinação de acervos de instituições de ensino privadas que encerraram suas atividades

**Conteúdo da moção (fato ou condição que motiva a moção e a providência referente ao pleito):**

Considerando os recorrentes casos de encerramento de atividades de instituições privadas de ensino superior no Brasil, observa-se a existência de graves lacunas normativas e operacionais relacionadas à destinação, custódia, tratamento e preservação dos acervos acadêmicos, de natureza arquivística, produzidos por estas organizações. Em muitos casos, a ausência de mecanismos legais claros para transferência e salvaguarda documental resulta em condições precárias de armazenamento, risco de deterioração física dos documentos, perda de informações acadêmicas essenciais e dificuldades no atendimento aos direitos dos estudantes e egressos. Relatórios técnicos desenvolvidos pela Universidade Federal do Paraná em parceria com o Ministério da Educação evidenciam precisamente esse cenário ao descrever as condições emergenciais encontradas nos acervos da FACEL e da FANAC (PR), bem como a necessidade de ações

especializadas de higienização, identificação arquivística, digitalização e preservação documental.

A situação demonstra que a atual política regulatória para o ensino superior brasileiro ainda carece de instrumentos preventivos e de protocolos nacionais capazes de assegurar a continuidade da custódia documental e da gestão arquivística após processos de descredenciamento ou encerramento institucional. Embora existam normativas relacionadas à guarda de acervos acadêmicos e à gestão documental, verifica-se a inexistência de uma política pública integrada que articule dimensões arquivísticas, jurídicas, administrativas e tecnológicas voltadas especificamente à destinação de acervos de instituições privadas extintas. Tal lacuna compromete não apenas a preservação da memória institucional e documental, mas também o direito de acesso à informação, a comprovação da trajetória acadêmica de estudantes e a própria segurança jurídica das relações educacionais.

Diante desse contexto, esta moção propõe que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o Conselho Nacional de Arquivos e o Ministério da Educação promovam, de forma articulada, a elaboração de regulamentações, diretrizes técnicas e políticas públicas específicas para destinação, tratamento, preservação, custódia e acesso aos acervos acadêmicos de instituições privadas de ensino encerradas. Recomenda-se, ainda, a criação de protocolos nacionais de transferência e salvaguarda documental, definição objetiva de responsabilidades institucionais, estabelecimento de parâmetros mínimos de preservação física e digital, bem como mecanismos permanentes de supervisão e financiamento que assegurem a proteção do patrimônio documental acadêmico e os direitos informacionais da sociedade.



	NOME COMPLETO	ASSINATURAS	CPF	UF
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				

27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				